

A economia em rumo perigoso

O governo brasileiro não precisa fazer, ele, projeções pessimistas para se preocupar com o futuro da economia. A avaliação publicada em junho pelo banco JP Morgan vai muito além do necessário para assustar uma pessoa medianamente informada. Segundo essa avaliação, só com um crescimento econômico de 17,5% ao ano o País poderia impedir, a longo prazo, que o desequilíbrio externo se tornasse desastroso. Não é preciso uma análise desse tipo para mostrar a urgência de grandes correções — não para evitar um desastre a curto prazo, mas para permitir um percurso minimamente seguro nos próximos cinco anos. Basta olhar os cenários montados com pressupostos mais ou menos otimistas. Cenários desse tipo, com melhora nas contas de governo, aumento da poupança e expansão da receita comercial, foram montados por três economistas do BNDES, Armando Castelar Pinheiro, Fábio Giambiagi e Sheilá Najberg, e as condições apontadas como necessárias para chegar-se a bons resultados não serão obtidas sem grande esforço.

Vale a pena resumir pelo menos o cenário básico, tomado como o mais provável. Por ele, a produção crescerá modestos 4,2% ao ano entre 1997 e 2002, mantendo o padrão

médio dos últimos quatro anos. Para conseguir esse resultado nada espetaculoso, será preciso aumentar de 7,7% ao ano o investimento produtivo. Além disso, a exportação de bens e serviços, excluída a receita de capitais, terá de elevar-se ao ritmo anual de 8,6%, mais do que o dobro da expansão do Produto Interno Bruto. Ainda assim, o déficit em conta corrente permanecerá próximo de 4% do PIB, mas a dívida líquida externa pouco aumentará. Isso será possível porque, no panorama descrito pelos economistas, a estabilidade, a privatização e as reformas permitirão manter um elevado ingresso de investimentos diretos estrangeiros — US\$ 20,7 bilhões, em média, até 2002.

Nenhum dos três cenários desenhados pelos economistas do BNDES inclui ruptura, isto é, não se contempla uma possível crise no balanço de pagamentos nem mudança radical na política de câmbio. Para a construção desse quadro, porém, são fixadas condições nada desprezíveis. No quadro básico, as contas de governo teriam melhora suficiente para permitir, em 2002, uma poupança pú-



blica equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). A poupança do setor privado também crescerá. Com isso, a poupança total passaria de 19,7% do PIB, em 1997, para 22,6%, em 2002. A melhora das contas públicas permitiria cortar o excesso de demanda e, com isso, a pressão sobre a importação também seria menor.

Todas essas condições dependem, naturalmente, de um bom avanço nas reformas, de uma considerável melhora na administração das finanças de governo, tanto da União quanto de Estados e municípios, e de uma bem-sucedida política de modernização industrial e de estímulo à exportação. No cenário mais otimista, com o PIB crescendo 5% ao ano, o investimento deveria crescer ainda mais: 10,6% ao ano.

O estudo menciona três déficits cruciais: o da conta corrente do balanço de pagamentos, o de capital, que tem de ser superado não só com poupança interna, mas também com recursos estrangeiros, e o das contas públicas, que estão na base dos demais problemas. Em qualquer caso, um au-

mento significativo da exportação é indispensável. Esse aumento não só produzirá efeitos diretos, mas ainda servirá para indicar que o País terá, no prazo necessário, meios para pagar dividendos, juros e amortizações. Esta condição será fundamental, segundo os autores do estudo, para que os aplicadores estrangeiros continuem a pôr seu capital na economia brasileira.

O governo tem de agir com mais determinação para garantir a segurança da economia

Isso permitirá sustentar, por muito tempo, um razoável déficit em conta corrente.

Se alguém ler esse estudo sem se impressionar com as tarefas requeridas, então talvez o

trabalho do JP Morgan produza o susto necessário. A questão não é dizer que o Brasil não está à beira de uma crise como a dos novos tigres. Não estarmos à beira da crise é bom porque dá algum tempo, ao governo, para cumprir as tarefas indispensáveis. Mas isso não torna o trabalho menos urgente, nem diminui sua complexidade política, especialmente quando a saúde da economia só é assunto prioritário para o Executivo.